

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

2022

Jorge Andrade da Silva

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

AUTOR

Andrade da Silva

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

fevereiro, 2022

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL — CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SILVA, Jorge Andrade

O princípio da boa-fé na contratação pública. – (Monografias)

ISBN 978-989-40-0187-4

CDU 346

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	11
II. DAS ORIGENS DO INSTITUTO DA BOA-FÉ AO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS	23
III. CONCEITO E MODALIDADES DE BOA-FÉ	31
1. Inexistência de um conceito de boa-fé	31
2. Modalidades de boa-fé	36
2.1 A boa-fé subjetiva ou boa-fé psicológica	36
2.2 A boa-fé objetiva ou boa-fé ética	38
2.3 Unificação conceptual da boa-fé	39
3. Referências jurisprudenciais	40
IV. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	43
1. Caracterização	43
2. Os princípios gerais na Administração Pública	49
3. Princípios gerais de direito e regras jurídicas	55
4. Referências jurisprudenciais	59
V. O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ	61
1. Caracterização	61
2. Âmbito de aplicação	64
3. Corolários do princípio da boa-fé	71
3.1 O princípio da proteção da confiança	72

O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.2	O princípio da primazia da materialidade subjacente	75
3.3	Referências jurisprudenciais	76
4.	Deveres acessórios do princípio da boa-fé	80
4.1	A complexidade intra-obrigacional	80
4.2	Alguns deveres acessórios	84
4.2.1	Deveres de proteção, de cuidado, de custódia e de vigilância	84
4.2.2	Deveres de esclarecimento, de informação e de conselho	85
4.2.3	Deveres de cooperação e de lealdade	86
4.3	Exemplos de deveres acessórios	87
4.4	Responsabilidade pelo incumprimento de deveres acessórios	88
4.5	Referências jurisprudenciais	90
VI.	A BOA-FÉ NAS RELAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM OS ADMINISTRADOS	93
1.	Compatibilidade entre os princípios da boa-fé e da legalidade	93
2.	A boa-fé na atividade da Administração Pública	96
3.	Âmbito da boa-fé na atividade da Administração Pública	98
4.	Requisitos da invocação pelos administrados da violação do princípio da boa-fé	101
5.	Referências jurisprudenciais	102
VII.	MANIFESTAÇÕES DA BOA-FÉ NO DIREITO ADMINISTRATIVO	107
1.	Manifestações em diplomas legais	107
2.	A boa-fé e os conceitos indeterminados	110
3.	Referências jurisprudenciais	114
VIII.	A BOA-FÉ E AS VARIANTES NA SUA VIOLAÇÃO	117
1.	Considerações gerais	117
2.	A <i>Culpa in contrahendo</i>	118
2.1	Caracterização	118
2.2	A responsabilidade	121
2.3	Referências jurisprudenciais	121

3. <i>Culpa post pactum finitum</i>	125
3.1 Caracterização	125
3.2 Referências jurisprudenciais	126
4. <i>Abuso do direito</i>	128
4.1 Caraterização	128
4.1.1 Conceito	128
4.1.2 Desdobramento	131
4.1.3 Referências jurisprudenciais	132
4.2 <i>Exceptio doli</i>	132
4.2.1 Caracterização	132
4.2.2 Referências jurisprudenciais	133
4.3 <i>Venire contra factum proprium</i>	134
4.3.1 Caracterização	134
4.3.2 Pressupostos	136
4.3.3 Referências jurisprudenciais	137
4.4 Inalegabilidade formal	140
4.4.1 Caracterização	140
4.4.2 Pressupostos	140
4.4.3 Referências jurisprudenciais	141
4.5 <i>Suppressio</i>	143
4.5.1 Caracterização	143
4.5.2 Pressupostos	146
4.5.3 Referências jurisprudenciais	146
4.6 <i>Tu quoque</i>	147
4.6.1 Caracterização	147
4.6.2 Referências jurisprudenciais	148
4.7 Desequilíbrio no exercício de direitos	150
4.7.1 Caracterização	150
4.7.2 Referências jurisprudenciais	151